

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Resultados obtidos em 2014
Resenhados Acionistas e demais interessados: A Anaconda Industrial e Agrícola de Cerejas S.A. em decorrência das disposições estatutárias e legais apresenta aos senhores Acionistas e ao público em geral o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial e as Demonstrações de Resultados, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2014.

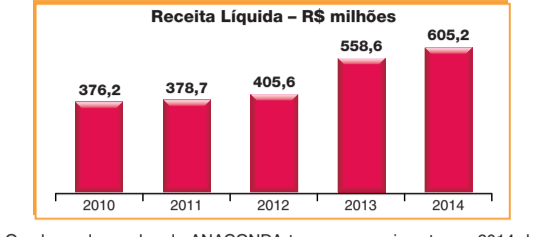
I – Estratégia de Abastecimento – O suprimento de trigo no ano de 2014 foi dividido em dois momentos, antes e após a colheita da safra nacional, já no último trimestre do ano. Com os estoques mundiais adequados a tendência dos preços internacionais foi de acomodação, mas ainda com certa volatilidade no 2º trimestre, antes das colheitas do Hemisfério Norte. A Argentina, usualmente a maior fornecedora de trigo para o Brasil, iniciou o ano ainda com uma política pouco clara sobre as liberações de exportações o que nos obrigou, como no ano anterior, a seguir negociações de qualidade nos EUA mesmo com a volta do imposto de importação o que leva a um aumento no ciclo de operações e necessidade de manutenção de estoques compatíveis com nossas necessidades de qualidade e segurança do abastecimento. A fraude da safra nacional, a partir de setembro, que a despeito das intrusões decorrentes de condições climáticas desfavoráveis no Rio Grande do Sul, trouxe para o mercado o volume e qualidade esperados o que resultou em preços atraentes o que nos permitiu uma boa administração dos custos e níveis de estoques. Como sempre é inerente ao ambiente de negócios, o mercado de commodities agrícolas tem em seu bojo incertezas de várias vertentes como fatores climáticos, econômicos, políticos e logísticos, mas novamente fomos capazes de administrar bem essas variáveis e executar nossa política de qualidade dos produtos e segurança do abastecimento.

II – Estratégia de Comercialização – A companhia está fortalecendo sua atuação nos mercados com demandas específicas de “farinhas típicas” voltadas para o segmento industrial, buscando um atendimento personalizado oferecendo produtos únicos em linha com as necessidades dos nossos clientes. A Anaconda Industrial e Agrícola de Cerejas S.A segue apresentando os seus resultados e ratificando para o ano em curso, seu obstinado compromisso em conciliar a TRADIÇÃO da milenar Técnica de Moagem com os mais modernos recursos de Softwares e Hardwares disponíveis, sempre tendo a plena satisfação dos seus clientes como meta inegociável.

	2014	2013
EBITDA	605.169	558.631
Lucro Líquido	109.093	86.608
Receita Financeira Líquida	(8.790)	(7.821)
Depreciações	3.637	6.380
Imposto de Renda e CSLL	52.389	35.595
Total Ebitda	156.329	120.762

25,8% 21,6%

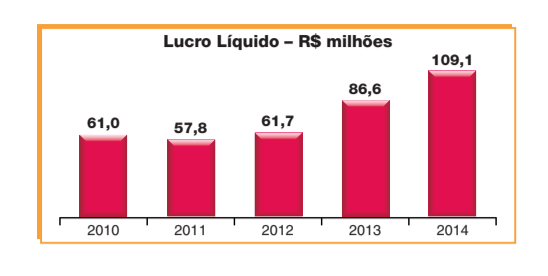
% Ebitda s/ Receita Líquida



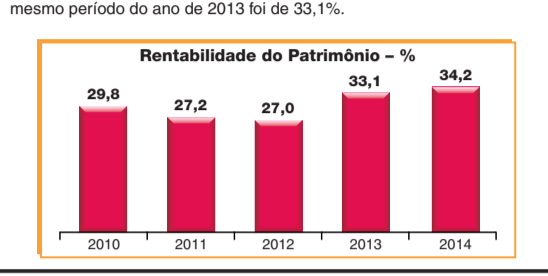
O volume de vendas da ANACONDA teve um crescimento em 2014 de 1,0 % em relação ao ano de 2013.



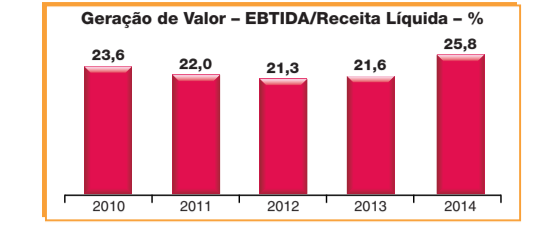
O lucro líquido do exercício de 2014 foi de R\$ 109,1 milhões, com margem líquida de 18,0%. No ano de 2013 o lucro líquido foi de R\$ 86,6 milhões, representado assim, um crescimento no lucro líquido do exercício do ano de 2014 em 26,0 % em comparação com o exercício de 2013.



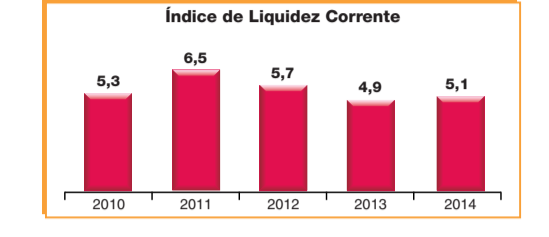
O retorno verificado no ano de 2014 foi de 34,2% sobre o patrimônio. No mesmo período do ano de 2013 foi de 33,1%.



A geração de valor calculada pelo método EBITDA para o exercício de 2014 foi de 25,8%, no ano de 2013 a geração representou 21,6%.



O índice de liquidez no ano de 2014 apresentou o percentual de 5,1% e no ano de 2013 o índice encontrava-se em 4,9%.



Agradecimento: Agradecemos o apoio e a participação dos Srs. Acionistas, clientes, colaboradores, fornecedores, órgãos governamentais e da comunidade financeira nos resultados até então alcançados.

A Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais)

	2014	2013
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	124.971	59.612
Contas a receber de clientes (Nota 8)	39.139	43.067
Estoques (Nota 9)	96.568	101.805
Impostos a recuperar (Nota 10)	14.558	13.498
Adiantamento a fornecedores (Nota 11)	7.040	12.602
Demais contas a receber	875	221
	283.451	230.803
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais (Nota 16)	939	1.197
Tributos diferidos (Nota 29)	-	1.717
Impostos a recuperar (Nota 10)	1.414	258
Demais contas a receber	-	392
	2.353	1.364
Propriedade para investimento (Nota 12)	5.127	5.418
Imobilizado (Nota 13)	81.912	69.071
Intangível (Nota 14)	2.514	1.735
	91.906	79.588
Total do ativo	375.357	310.393
Passivo e patrimônio líquido		
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	13.906	10.290
Salários e encargos sociais (Nota 16)	4.149	4.474
Impostos a recolher (Nota 17)	2.500	945
Imposto de renda e contribuição social	25.657	16.398
Dividendos a pagar (Nota 20)	7.073	12.879
Demais contas a pagar	2.073	1.716
	55.378	46.702
Não circulante		
Provisão para contingências (Nota 19)	544	2.034
Tributos diferidos (Nota 26)	535	-
	1.079	2.034
Total do passivo	56.437	48.736
Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	168.943	168.943
Reserva legal	19.910	14.455
Reserva de retenção de lucros	130.067	78.259
Total do patrimônio líquido	318.920	261.657
Total do passivo e patrimônio líquido	375.357	310.393

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
	Legal	Retenção de lucros		
Em 1º de janeiro de 2013	46.243	10.125	171.912	228.280
Total de contribuições aos acionistas e transações com acionistas	-	-	86.608	86.608
Capitalização de reservas	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio – R\$ 0,209 por ação (Nota 20)	-	-	(10.565)	(10.565)
Pagamento de dividendos (Nota 20)	-	-	(41.020)	(41.020)
Destinação do lucro	-	-	-	-
Reserva legal	4.330	-	(4.330)	-
Dividendos propostos – R\$ 0,033 por ação	-	-	(1.646)	(1.646)
Retenção de lucros	-	70.067	(70.067)	-
Total das transações com acionistas	4.330	70.067	(86.608)	(12.216)
Em 31 de dezembro de 2013	122.700	4.330	(93.653)	(66.608)
Total de contribuições aos acionistas e transações com acionistas	168.943	14.455	78.259	261.657
Lucro líquido do exercício	-	-	109.093	109.093
Juros sobre o capital próprio – R\$ 0,237 por ação (Nota 20)	-	-	(11.990)	(11.990)
Pagamento de dividendos (Nota 20)	-	-	(37.767)	(37.767)
Destinação do lucro	-	-	-	-
Reserva legal	5.455	-	(5.455)	-
Dividendos propostos – R\$ 0,0411 por ação	-	-	(2.073)	(2.073)
Retenção de lucros	-	89.575	(89.575)	-
Total das transações com acionistas	5.455	89.575	(109.093)	(12.216)
Em 31 de dezembro de 2014	168.943	19.910	130.067	318.920

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais
A Anaconda Industrial e Agrícola de Cerejas S.A. (ou “Companhia”), foi constituída em 27 de dezembro de 1951, com sede na cidade de São Paulo, sendo os administradores pessoas físicas. A Companhia tem por objeto social: (i) a industrialização e comercialização de farinhas em geral e misturas prontas, bem como os seus derivados, tais como gérmen de trigo e farelo de trigo; (ii) a fabricação e comercialização de produtos alimentícios em geral destinados ao consumo humano; (iii) a industrialização e o comércio de produtos de origem animal; e (iv) importação de produtos que se relacionem com seu objeto social. A Companhia opera com duas plantas industriais localizadas em São Paulo – São Paulo e Curitiba – Paraná interligada com seis filiais (2013 – seis filiais). A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 9 de março de 2015.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados.

2.1. Base de preparação: As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. Não houve outros resultados de outros exercícios divulgados, portanto não se apresentou uma demonstração do resultado abrangente em 31 de dezembro de 2014 e de 2013. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais permissões e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3, que correspondem à perda estimada de créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências e valor justo da propriedade para investimento.

(a) Demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Contabilidade Contábeis (CPC) aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações. **(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** Exceto pela alteração prospectiva da vida útil de edificações e máquinas e equipamentos (Nota 13), não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPCs (vigidos) a partir de 2015 ou que ainda não tenham sido adotados em vigor. **(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** A Companhia adotou a adoção da moeda funcional e moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (reais), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(d) Transações e moedas:** As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, quando os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, no resultado financeiro em relação a mudança líquida. As principais transações em moeda estrangeira da Companhia correspondem às contas a pagar de fornecedores relacionados às importações de trigo e de máquinas e equipamentos. **2.2. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, e outros instrumentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com um risco insignificante de mudança de valor. **2.3. Ativos financeiros – 2.0.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob a categoria de empréstimos e recebíveis, não existindo, nas presentes demonstrações financeiras, ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos financeiros mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. **Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem os “caixa e equivalentes de caixa”, “contas a receber de clientes, líquido da provisão para créditos de liquidação duvidosa”, “adiantamentos a fornecedores”, “demais contas a receber”. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.4. Impairment de ativos financeiros – Ativos mensurados ao custo amortizado:** A avaliação dos ativos financeiros em relação ao custo amortizado de um ativo financeiro ou o grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por impairment são incorridas somente se há evidência objetiva de impairment como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (“evento de perda”) e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem, dentre outros: (i) dificuldade financeira relevante do emissor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) quando se torna provável que o devedor entrará em falência ou em recuperação judicial; Para os ativos financeiros registrados ao valor de custo de amortização, o valor do impairment corresponde à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontada na taxa de juros efetiva original do ativo financeiro. O valor contábil é reduzido diretamente pela perda por impairment para todos os ativos financeiros. O teste de ativos devedores é realizado através de avaliações de ativos financeiros, líquidos da provisão para créditos de liquidação duvidosa descrita na Nota 2.5. **2.5. Contas a receber de clientes:** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de farinha de trigo, misturas prontas, bem como derivados de trigo, tais como gérmen e farelo de trigo e de seus derivados, no curso normal das atividades da Companhia. Se o prazo de vencimento não é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas por ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor possa ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. As provisões para riscos trabalhistas e trabalhistas são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido e são constituídas em montantes considerados suficientes pela administração para cobrir perdas prováveis, sendo atualizadas até as datas dos balanços, observada a natureza de cada contingência e apoiada na opinião dos advogados da Companhia. **2.14. Imposto de renda e contribuição social diferido:** As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem o imposto corrente e diferido e são reconhecidas na demonstração do resultado. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferidos são calculados às alíquotas de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O cálculo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é realizado com base nas leis tributárias promulgadas ou substancialmente promulgadas na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social diferido são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social, diferidos ativos e reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os

impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade líquida ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida. **2.15. Benefícios a funcionários:** O reconhecimento da participação dos funcionários nos lucros é usualmente efetuado quando do encerramento do exercício, momento em que o valor pode ser mensurado de maneira confiável pela Companhia. As participações nos resultados pagos ou creditados aos funcionários são calculadas mediante objetivos estabelecidos previamente e registrados em contrato específico, com o devido apontamento no sindicato da categoria. **2.16. Capital social:** As ações ordinárias e as preferenciais são classificadas no patrimônio líquido. **2.17. Reconhecimento da receita:** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos, devoluções, abatimentos e descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; e (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade; e (c) quando os riscos significativos e os benefícios de propriedade dos produtos são transferidos para o comprador. **(a) Venda de produtos:** A Companhia produz e comercializa farinha de trigo, misturas prontas e seus derivados. As vendas dos produtos são reconhecidas sempre a companhia transfere a propriedade, possui o seu controle para o cliente, o qual passa a ter total liberdade sobre o produto ou sobre o objeto, e o preço de venda dos produtos, e não há nenhuma obrigação não satisfatória que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas. Os clientes têm o direito de devolver produtos com defeitos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda, líquidas dos descontos por volume e das devoluções estimadas na época da venda. A experiência acumulada é usada para estimar e provisionar descontos e devoluções. Os descontos por volume são avaliados com base nas compras anuais previstas. As vendas são realizadas com prazo médio de recebimento de 23 dias (2013 – 26 dias), não tendo caráter de financiamento e são consistentes com a prática do mercado. **(b) Receita financeira:** A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. **2.18. Arrendamentos:** A Companhia é arrendatária de imóveis operacionais nos estados de São Paulo, Paraná e Santa Catarina, onde operam os centros de distribuição. Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetivados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.19. Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio:** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia do Conselho de Administração. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos
As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base nas premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão relacionadas e contempladas abaixo: **(a) Perda estimada de créditos de liquidação duvidosa:** As contas a receber de clientes da Companhia são controladas por faixa de vencimento dos respectivos clientes, sendo efetuado um acompanhamento da evolução da carteira de recebíveis entre a data de venda ao cliente (constituição das contas a receber) e a perda efetiva pelo seu não pagamento. Com base nessa análise, é verificado o histórico de perdas por faixa de vencimento, aplicando-se esse percentual sobre os valores vencidos acima de 90 dias, considerados como críticos para a Companhia. **(b) Valor justo de propriedade para investimento:** O valor justo de propriedade para investimento baseia-se nos preços atuais de mercado para propriedades similares. O valor justo é determinado por uma avaliação feita por avaliadores independentes portadores de licença para avaliação reconhecida e pertinente e com experiência recente em avaliações de edifícios na mesma área em que os imóveis da Companhia estão localizados. **(c) Provisão para contingências:** Como descrito na Nota 19 às demonstrações financeiras, a Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais administrativos que representem perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência disponível, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. A administração acredita que essas provisões para riscos tributários, civis e trabalhistas estão corretamente apresentadas nas demonstrações financeiras.

4. Gestão de riscos financeiros
4.1. Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem a riscos financeiros tais como: risco de mercado (riscos de taxa de câmbio) e risco de crédito. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que define os níveis de exposição a serem utilizados. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada com o objetivo de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revisitos, periodicamente, os limites de crédito. A política de gerenciamento de risco da Companhia foi estabelecida pela Diretoria Executiva. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos, quando necessário, para suportar a estratégia corporativa ou para manter o nível de flexibilidade financeira. A tesouraria da Companhia auxilia a Diretoria Executiva a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. **(a) Riscos de taxa de câmbio:** A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposições ao dólar norte-americano. O resultado da Companhia é impactado pela variação nominal relativa ao caixa a pagar de fornecedores estrangeiros decorrentes da compra de máquinas e equipamentos, atrelados substancialmente ao dólar norte-americano. Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 a Companhia possuía passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir:

	2014	2013
Cientes risco 1	39.077	42.427
Cientes risco 2	949	1.300
	40.026	43.727

Os tipos de clientes do caixa a receber acima podem ser assim classificados: • Risco 1 – grupo de clientes com probabilidade menor que 5% de atrasar mais que 90 dias (baixo risco). • Risco 2 – grupo de clientes com probabilidade de acima de 50% de atrasar mais que 90 dias (médio risco). As disponibilidades e aplicações financeiras da Companhia são transacionadas com as seguintes instituições financeiras:

	2014	2013
Banco Bradesco S.A.	3.486	19.642
Itaú Unibanco S.A.	25.814	24.628
HSC Bank Brasil S.A.	46.006	1.299
Banco do Brasil S.A.	1.070	1.037
Caixa Econômica Federal	48.586	-
	124.962	59.606

	2014	2013
Caixa	9	6
Bancos conta-movimento	1.944	1.699
Aplicações financeiras (i)	123.018	57.908
	124.971	59.612

(i) Referem-se às aplicações financeiras com vencimentos inferiores a 90 dias, porém resgatáveis a qualquer momento, e estão demonstradas pelo valor de aplicação, acrescido das remunerações contratadas e reconhecidas proporcionalmente até a data do balanço. Os recursos aplicados são remunerados à taxa média de 97% a 100,6% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), (2013 – 97,5% a 99,5% da variação do CDI) sendo que os ganhos realizados e não realizados, no valor de R\$ 8.780 (2013 – R\$ 4.673), são reconhecidos na demonstração do resultado de acordo com o regime de competência dos exercícios (Nota 25).

8. Contas a receber de clientes

	2014	2013
Cientes nacionais	40.026	43.727
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(887)	(680)
	39.139	43.067

Em 31 de dezembro de 2014, do saldo contábil a receber de clientes, o valor de R\$ 2.841 (2013 – R\$ 2.497) encontra-se vencido, mas não totalmente impaired. Referem-se a uma série de clientes de pequeno

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINOS EM 31 DE DEZEMBRO (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2014	2013
Receita líquida de vendas (Nota 21)	605.169	558.631
Custo dos produtos vendidos (Nota 22)	(402.004)	(391.957)
Lucro bruto	203.165	166.674
Despesas com vendas (Nota 22)	(44.998)	(39.000)
Despesas administrativas (Nota 22)	(9.754)	(15.729)
Outras receitas operacionais, líquidas (Nota 24)	4.279	2.437
	(50.473)	(52.292)
Lucro operacional	152.692	114.382

	2014	2013
Receitas (despesas) financeiras, líquidas (Nota 25)		
Receitas financeiras	10.011	7.980
Despesas financeiras	(1.221)	(1.159)

porte com um baixo histórico de inadimplência. A análise de vencimento dessas contas a receber está apresentada abaixo:

	2014	2013
A vencer		
Até 30 dias	35.527	39.280
De 31 a 60 dias	1.658	1.875
Acima de 61 dias	—	76
	37.185	41.230
Vencidas		
Até 30 dias	1.820	1.694
De 31 a 60 dias	34	24
De 61 a 90 dias	37	10
De 91 a 120 dias	17	190
De 121 a 180 dias	46	31
De 181 a 360 dias	89	75
Acima de 361 dias	798	473
	2.841	2.497
Contas a receber de clientes, líquido	40.026	43.727

As movimentações na provisão para impairment de contas a receber de clientes da Companhia são as seguintes:

	2014	2013
Em 1º de janeiro	660	526
Adições	228	148
Baixas como incobráveis	(1)	(14)
Em 31 de dezembro	887	660
9. Estoques	2014	2013
Produtos acabados	3.055	3.620
Produtos em elaboração	4.073	4.616
Matérias-primas	84.958	89.512
Insumos de produção e embalagens	2.848	1.973
Almoxarifado	1.634	1.474
Importação em andamento	—	610
	96.568	101.805

O custo dos estoques reconhecido no resultado e incluído em "Custo dos produtos vendidos" totalizou R\$ 402.004 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (2013 – R\$ 391.957).

	2014	2013
10. Impostos a recuperar		
Ativo circulante	344	—
Ativo não circulante	—	4.756
ICMS a recuperar	—	—
ICMS a recuperar (aquisições de imobilizado) (i) (ii)	578	1.156
PIS e COFINS (i) (iii)	12.340	—
Impostos de renda retido na fonte (iv)	1.461	—
Outros impostos a recuperar	135	258
Total de impostos a recuperar	14.858	1.414

	2014	2013
13. Imobilizado		
Saldos em 1º de janeiro de 2013	13.078	10.343
Aquisições	1.374	215
Transferências	—	41
Valor residual dos bens baixados	—	(19)
Depreciação	(888)	(4.360)
Saldos em 31 de dezembro de 2013	14.452	9.711
Custo total	14.452	23.192
Depreciação acumulada	—	(13.481)
Valor residual	14.452	9.711
Saldos em 1º de janeiro de 2014	14.452	9.711
Aquisições	—	559
Transferência para impostos a recuperar (Nota 10(ii))	—	—
Transferências	7	3.089
Valor residual dos bens baixados	—	(3)
Depreciação	(423)	(1.682)
Saldos em 31 de dezembro de 2014	14.459	12.933
Custo total	14.459	26.837
Depreciação acumulada	—	(13.904)
Valor residual	14.459	12.933

(i) O saldo de "Outros" inclui equipamentos de informática, móveis e utensílios e veículos, cujos valores residuais em 31 de dezembro de 2014 correspondem a R\$ 547, R\$ 478 e a R\$ 383, respectivamente (2013 – R\$ 406, R\$ 467 e a R\$ 511, respectivamente). (ii) Bens em construção representados substancialmente por R\$ 15.157 de máquinas e equipamentos e por R\$ 2.613 de edificações e instalações, estão relacionados com modernização das máquinas e expansão da capacidade produtiva do moinho São Paulo. Do total da depreciação e amortização incorrida no exercício de 2014, no valor de R\$ 2.592 (2013 – R\$ 5.766), foi alocado para o custo dos produtos vendidos no valor de R\$ 1.633 (2013 – R\$ 2.401), às despesas operacionais no valor de R\$ 959 (2013 – R\$ 3.365). Em 2014, a Companhia contratou um laudo técnico elaborado por perito independente para a revisão das vidas úteis de edificações e máquinas e equipamentos do ativo imobilizado. As alterações decorrentes da adoção dessa nova estimativa contábil foram efetuadas no valor residual dos bens do ativo imobilizado em 1º de janeiro de 2014.

	2014	2013
14. Intangível		
Softwares	1.925	53
Patentes	370	—
Total	2.295	53
Saldos em 1º de janeiro de 2013	1.925	53
Aquisição	370	—
Amortização	(613)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2013	1.682	53
Custo total	3.594	53
Amortização acumulada	(1.912)	—
Valor residual	1.682	53
Saldos em 1º de janeiro de 2014	1.682	53
Aquisição (i)	1.533	—
Amortização	(754)	—
Saldos em 31 de dezembro de 2014	2.461	53
Custo total	5.127	53
Amortização acumulada	(2.666)	—
Valor residual	2.461	53
Taxas anuais de amortização – %	20	—

(i) Os saldos correspondem, substancialmente, a softwares adquiridos para a administração fiscal e comercial e reforma do moinho de Curitiba.

	2014	2013
15. Fornecedores		
Fornecedores de trigo	1.514	322
Nacional	—	1.323
Importado	7.379	8.645
Demais fornecedores	5.013	—
Fornecedores de imobilizado	13.906	10.290

(i) Em 2014, a Companhia decidiu reclassificar para a rubrica de impostos a recuperar, créditos de ICMS, PIS e COFINS sobre a aquisição de bens do ativo imobilizado dos exercícios de 2013 e 2014 que estavam registrados na rubrica de imobilizado, nos valores de R\$ 2.021, de R\$ 336 e de R\$ 1.546, respectivamente, totalizando R\$ 3.903. (ii) Referem-se aos créditos fiscais de ICMS originados pelas aquisições de imobilizado destinado aos moinhos da unidade de Curitiba-PR e São Paulo-SP. (iii) Referem-se aos créditos fiscais provenientes da aquisição de matéria prima, especialmente o trigo, e serviços que foram acumulados no exercício de 2014. O reconhecimento contábil e fiscal desse crédito se deu em virtude da condição tributária da farinha e pré-mistura que são representativas no total do faturamento da Companhia, e que tributariamente, encontram-se na condição de alíquota zero para o referido imposto. (iv) Trata-se, substancialmente, de imposto de renda retido na fonte, gerado pelos resgates das aplicações financeiras realizadas nos exercícios de 2014 e de 2013.

	2014	2013
11. Adiantamentos a fornecedores		
Os saldos de adiantamentos a fornecedores em 31 de dezembro de 2014, correspondem substancialmente, aos desembolsos de caixa efetuados pela aquisição de trigo e de máquinas e equipamentos. Em 31 de dezembro, a Companhia efetuou adiantamento para os seguintes fornecedores:		
Coamo Agroindustrial Cooperativa	6.100	—
ADM Uruguay SCA	—	8.480
S & Ribeiro Assessoria Aduaneira Ltda.	—	1.420
Sul Defensivos Agrícolas Ltda.	—	860
Wilfried Maass Schifffahrt	—	800
Moinho Pacífico Indústria e Comércio Ltda.	—	528
Outros adiantamentos a fornecedores	940	514
	7.040	12.602

	2014	2013
12. Propriedades para investimento		
O valor de custo destes ativos é representado por:		
Edificações – galpões	7.278	—
Depreciação acumulada	(2.151)	5.127
Valor líquido	5.127	5.418

A propriedade para investimentos da Companhia refere-se aos galpões localizados no próprio terreno do Moinho de São Paulo, os quais são alugados para terceiros, conforme mencionado na Nota 24. Conforme facultado pelo CPC 28, a Companhia decidiu avaliar seus imóveis para investimento ao custo histórico menos a provisão para perda por redução ao valor recuperável. Adicionalmente, para fins exclusivos de divulgação em notas explicativas, o valor justo do terreno e dos galpões foi determinado em transações observáveis no mercado devido à natureza do imóvel e à existência de dados comparáveis. Em 31 de dezembro de 2014 a avaliação do valor justo da propriedade para investimento efetuada pela administração da Companhia foi de R\$ 32.269.

	2014	2013
16. Salários e encargos sociais		
Férias e encargos	2.946	2.810
Salários e encargos	276	1.210
Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS) a recolher	619	172
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) a recolher	270	240
Outros salários e encargos a pagar	38	42
	4.149	4.474
17. Impostos a recolher		
ICMS a recolher	1.471	366
Imposto de renda retido a recolher	706	401
Outros impostos a recolher	323	179
	2.500	945
18. Partes relacionadas		
18.1. Remuneração do pessoal-chave da administração: Em 31 de dezembro de 2014, a Companhia registrou o montante de R\$ 3.538 (2013 – R\$ 2.596) relativo à remuneração do pessoal-chave da administração.		
19. Provisão para contingências		
Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Companhia apresentava os seguintes passivos relacionados às contingências:		
	2014	2013
Depósitos judiciais	1.024	404
Provisão para contingências	—	—
Depósitos judiciais	—	1.205
Provisão para contingências	—	—
Total	1.024	1.488
Apresentação líquida dos depósitos judiciais	(85)	(291)
	939	1.197

(i) Trabalhistas e previdenciárias: A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicáveis, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada por seus assessores legais externos. A natureza das obrigações se refere substancialmente a contingências trabalhistas e previdenciárias decorrentes de reclamações de empregados.

	2014	2013
20. Patrimônio líquido		
(a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 no valor de R\$ 168.943, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. (b) Reservas de lucros – (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros: Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 11.990 (2013 – R\$ 10.565), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) Dividendos – (i) Dividendos obrigatórios: Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:		
Lucro líquido do exercício	109.093	86.608
(-) Reserva legal	(5.455)	(4.330)
Lucro líquido do exercício disponível para distribuição	103.638	82.278
Dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsão estatutária – 2%	2.073	1.646
Pagamentos efetuados aos acionistas	2.073	1.646
Dividendo mínimo obrigatório	11.990	10.565
Juros sobre capital próprio provisionados	14.063	12.211

Percentual de dividendos propostos e pagos em relação ao lucro líquido do exercício

	2014	2013
(ii) Dividendos complementares pagos e a pagar: Em 3 de janeiro de 2014 foram pagos os dividendos e juros sobre capital próprio aprovados em ata de reunião de outubro de 2013 no montante de R\$ 7.928 e R\$ 2.071, respectivamente. Em 3 de abril de 2014, por meio de Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado a distribuição de dividendos, relativos ao exercício de 2013, no valor de R\$ 25.000. Em 23 de outubro de 2014, por meio de Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovado o pagamento de dividendos complementares ao exercício de 2013 no valor de R\$ 12.181, cujo valor foi pago em 23 de outubro de 2014, e provisionamento de dividendos complementares no valor R\$ 2.627, cujo valor foi pago em 5 de janeiro de 2015. Em 23 de outubro de 2014, por meio de Ata de reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a distribuição de juros sobre capital próprio relativo ao período de janeiro a setembro de 2014 no valor de R\$ 7.819, pagos em 23 de outubro de 2014, e provisionamento de juros sobre capital próprio a pagar para o período de outubro a dezembro de 2014 no valor de R\$ 2.373, cujo valor foi pago em 5 de janeiro de 2015. A movimentação dos dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é demonstrada conforme segue:		
Saldo inicial	12.879	4.233
Dividendos provisionados	39.840	42.662
Juros sobre capital próprio provisionados, líquido de impostos	10.192	8.980
Dividendos pagos	(45.109)	(33.256)
Juros sobre capital próprio pagos	(9.890)	(9.740)
Outros	(839)	—
Saldo final	7.073	12.879

	2014	2013
21. Receitas de vendas		
Mercado interno – trigo e farelos	641.783	589.864
Impostos incidentes sobre vendas	(25.185)	(21.879)
Devoluções e descontos	(10.378)	(8.468)
Bonificações	(1.051)	(886)
	605.169	558.631

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 404 (2013 – R\$ 1.205), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais foram reclassificados e estão sendo apresentados deduzidos do valor do passivo conforme estabelecido pela norma contábil que trata das provisões, passivos, contingências passivas e ativas. (ii) Tributárias: A Companhia era parte envolvida em processo tributário e estava discutindo essa questão tanto na esfera administrativa como na judicial. A provisão para a eventual perda decorrente desse processo estava estimada e atualizada pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Concluso o processo não houve a perda em face da decisão favorável à Companhia. (a) A movimentação da provisão nos exercícios de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Em 1º de janeiro de 2013	296	387
Adições	296	—
Reversões	(1.297)	(229)
Em 31/12/2013	1.205	158
Adições	78	174
Reversões (i)	(879)	(962)
Em 31/12/2014	404	225

(i) A reversão da provisão tributária ocorrida durante o exercício de 2014 decorreu de encerramento de processo sem saída de caixa. (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	2014	2013
Trabalhista	1.111	518
Tributária	16.691	9.012
Cível	279	64
	18.081	9.594

Não é esperado a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 no valor de R\$ 168.943, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. (b) Reservas de lucros – (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros: Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 11.990 (2013 – R\$ 10.565), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) Dividendos – (i) Dividendos obrigatórios: Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo da provisão para contingências trabalhistas no montante de R\$ 404 (2013 – R\$ 1.205), foi considerado como suficiente para cobrir eventuais perdas decorrentes de decisões desfavoráveis na conclusão desses processos. Parte dos processos foi avaliada pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, não sendo provisionados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Os depósitos judiciais foram reclassificados e estão sendo apresentados deduzidos do valor do passivo conforme estabelecido pela norma contábil que trata das provisões, passivos, contingências passivas e ativas. (ii) Tributárias: A Companhia era parte envolvida em processo tributário e estava discutindo essa questão tanto na esfera administrativa como na judicial. A provisão para a eventual perda decorrente desse processo estava estimada e atualizada pela administração, amparada por seus assessores legais externos. Concluso o processo não houve a perda em face da decisão favorável à Companhia. (a) A movimentação da provisão nos exercícios de 2014 e de 2013 está demonstrada a seguir:

	2014	2013
Em 1º de janeiro de 2013	296	387
Adições	296	—
Reversões	(1.297)	(229)
Em 31/12/2013	1.205	158
Adições	78	174
Reversões (i)	(879)	(962)
Em 31/12/2014	404	225

(i) A reversão da provisão tributária ocorrida durante o exercício de 2014 decorreu de encerramento de processo sem saída de caixa. (b) Perdas possíveis, não provisionadas no balanço: A Companhia tem ações de natureza tributária e trabalhista, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. Os valores de perda possível por natureza estão apresentados a seguir:

	2014	2013
Trabalhista	1.111	518
Tributária	16.691	9.012
Cível	279	64
	18.081	9.594

Não é esperado a ocorrência de qualquer passivo relevante resultante dos passivos contingentes, além daqueles provisionados.

20. Patrimônio líquido

(a) Capital social: O capital social, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 no valor de R\$ 168.943, é representado por 25.312.760 ações ordinárias e 25.312.760 ações preferenciais, sem valor nominal. (b) Reservas de lucros – (i) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. (c) Juros sobre o capital próprio e distribuição de lucros: Em conformidade com a Lei nº 9.249/95, a administração da Companhia aprovou, em atas de reunião do Conselho de Administração, realizadas durante o exercício, a distribuição a seus acionistas de juros sobre o capital próprio, calculados com base na variação da Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP). Em atendimento à legislação fiscal, o montante dos juros sobre o capital próprio no valor de R\$ 11.990 (2013 – R\$ 10.565), foi contabilizado como despesa financeira. No entanto, para efeito destas demonstrações financeiras, os juros sobre o capital próprio são apresentados como distribuição do lucro líquido do exercício, conforme previsto nas práticas contábeis adotadas no Brasil. (d) Dividendos – (i) Dividendos obrigatórios: Conforme estabelecido no estatuto social da Companhia é assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 2% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de dividendos consignados nas demonstrações financeiras está sujeita à aprovação da Assembleia dos Acionistas. A apuração dos dividendos referente ao resultado apurado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 são como segue:

||
||
||